

Práticas de leitura discursiva na EJAI para o enfrentamento do discurso racista

Approaches to discursive reading in EJAI for combating racist discourse

Maria da Conceição Gomes da Silva Dérioⁱ
<https://orcid.org/0000-0002-9722-8524>
Universidade Federal da Paraíba

Laurênia Souto Salesⁱⁱ
<https://orcid.org/0000-0002-7462-9755>
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O racismo é uma prática genocida contra a população negra estruturada e institucionalizada como legado da escravidão no nosso país. Essa nódoa do nosso processo de formação brasileira, quando não mata, inculca, no imaginário da população, discriminação, preconceito e racismo contra o referido grupo. Como tentativa de coibir essa realidade, este trabalho tem como objetivo divulgar práticas de leitura de perspectiva materialista como enfrentamento do discurso racista na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), desenvolvidas em uma escola pública da cidade de João Pessoa/PB. O estudo em questão advém de pesquisa de mestrado concluído no ano de 2023 no mesmo estado da aplicação, motivada pela necessidade de implantar e implementar uma educação antirracista preconizada pela legislação 10.639/2003, atualizada pela 11.645/2008. Para o respaldo teórico, consultamos estudos de Orlandi (2020), Almeida (2021) e Brasil (2018, 2008, 2003), entre outros. Na metodologia, lançamos mão da pesquisa qualitativa, intervencionista e ação, de modo que os dados gerados foram produzidos por meio de questionários semiestruturados, cuja análise parte dos estudos discursivos materialistas. Das atividades realizadas nas práticas de leitura e das discursividades geradas, constatamos gestos de leitura não só dos ditos, bem como dos não-ditos possíveis às condições de produção do trabalho desenvolvidas nas rodas de conversa e oficinas de leitura.

Palavras-chaves: Leitura de perspectiva discursiva; Educação antirracista; Educação de Jovens Adultos e Idosos.

Abstract: Racism is a genocidal practice against the Black population, structured and institutionalized as a legacy of slavery in our country. This stain, when it does not kill, instills in the public imagination discrimination, prejudice, and racism against this group. As an attempt to curb this reality, this study aims to present reading practices from a materialist perspective as a way of confronting racist discourse within Youth, Adult, and Elderly Education, carried out in a public school in the city of João Pessoa, Paraíba (Brazil). This study stems from a master's research project completed in 2023 in the same state, motivated by the need to establish and implement antiracist education, as mandated by Law 10.639/2003, updated by Law 11.645/2008. For theoretical support, we consulted works by Orlandi (2020), Almeida (2021), and official documents from Brazil (2018, 2008, 2003), among others. In terms of methodology, we employed a qualitative, interventionist, and action-research approach, in which data were collected through semi-structured questionnaires and analyzed based on materialist discourse studies. From the reading activities and the discursive processes that emerged, we identified reading gestures that addressed not only what was said but also the unsaid—those meanings made possible by the conditions of production within the reading circles and workshops.

Keywords: Discursive perspective reading; Antiracist education; Education for youth, adults and the elderly.

1. Introdução

O presente estudo tem como intuito divulgar práticas de leitura na perspectiva discursiva materialista que colaborem para a construção de uma educação antirracista através do trabalho aplicado com/para os estudantes dos ciclos III e IV da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), de uma escola pública em João Pessoa/PB. Além disso, o referido estudo advém de pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), unidade da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)¹, concluído no ano de 2023 no mesmo estado da aplicação, motivada pela necessidade de implantar e implementar a educação antirracista preconizada pela legislação 10.639/2003, atualizada pela Lei 11.645/2008.

¹ Disponível em: <https://profletras.ufpb.br/wp-content/uploads/2025/06/Dissertacao-Maria-da-Conceicao-Gomes-da-Silva-Derrio.pdf>. Acesso em 28 set. 2025

Da literatura vasta que traz as temáticas, tomamos como base teórica sobre o racismo os estudos de Almeida (2021), Gomes (2018, 2017, 2010, 2005), Lei 10.639 (Brasil, 2003), entre outros. Já para discutir a leitura na perspectiva discursiva consultamos Orlandi (2020), Brandão (2012), Geraldi (2011), e outros. No que diz respeito à legislação educacional, partimos de Brasil (2018, 2017, 2008, 1996), além dos estudos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), em Brasil (2000).

Esse arcabouço foi fundamental para que refletíssemos sobre as formas de como conjugar as orientações didático-pedagógicas com as ações que pudessem subsidiar o (re)fazer docente diário, com atividades de leitura na perspectiva discursiva atreladas à temática racial, um dos passos substanciais à tentativa de implemento efetivo da Lei 10.639/03, atualizada pela Lei 11.45/08, que se mantém resistente graças às pressões sociais forjadas da/na luta constante de movimentos sociais, como as do Movimento Negro Unificado no Brasil, a despeito da resistência da ordem do discurso racista. No entanto, para além da força do instrumento legislativo citado, é preciso que haja uma rede complexa de planejamentos e ações eficazes para implementá-la considerando os diversos contextos e realidades concretas, especialmente da EJAI.

As reflexões que se seguem podem ajudar nesse processo, ainda que tenso e desafiador, para a construção efetiva da educação antirracista, observando as condições de produção dos estudantes, em especial, aos da modalidade citada.

Antes de visualizar práticas que eduquem para o respeito à diversidade e à igualdade de direitos, e que envolva uma rede complexa de ações coletivas sobre a/da comunidade escolar, importa refletir sobre algumas questões, segundo Rosa Margarida de Carvalho Rocha, quanto à postura do docente:

- a) Assumir a dimensão de pesquisadores de sua própria prática e de suas ações educativa quanto à temática racial, preparando-se ética e pedagogicamente neste sentido; b) ampliar a consciência sobre a importância do reflexo de seus trabalhos quanto à temática na vida da comunidade em que atua; c) vencer o desafio de aceitar mudanças de postura e de se colocarem como aprendizes, estando abertos a completarem a formação acadêmica recebida sobre o tema; d) expressar, por meio de sua prática pedagógica cotidiana, o reconhecimento e a compreensão do importante papel social e

político que a instituição escolar vem assumindo na atualidade.
(Rocha, 2007, p. 27)

Desse modo, é substancial que se conjugue sensibilidade e competência docente, mediante postura crítica e reflexiva do (re)fazer pedagógico constante, como importante construção de alternativas para as quais se encaminhem em direção a horizontes que garantam acesso, permanência e sucesso escolar aos estudantes, mormente da EJA, sob o patamar efetivamente democrático que se assuma heterogêneo e responsável pela inclusão de grupos historicamente discriminados.

No entanto, para alcançarmos o olhar sobre esses horizontes que apontam para frente, é imprescindível retornarmos para um passado que subtrai a humanidade da população negra no contexto atual, inclusive da escola.

2. Primeiras considerações

O racismo é uma prática genocida contra a população negra estruturada e institucionalizada (Almeida, 2021) como legado escravocrata e abolicionista em nosso país. Essa nódoa, quando não mata, inculca, no imaginário da população, uma lógica discursiva de discriminação, preconceito e racismo contra esse grupo a serviço do neonazifascismo que se recrudesce na contemporaneidade.

Como tecnologia de poder, o racismo atravessa o tecido social por meio da ampla reprodução discursiva que se instrumentaliza a partir de aparelhos ideológicos de poder (Althusser, 2021), tal qual a escola, sendo esta espaço de naturalização dessa ordem discursiva.

Concomitante a esse cenário, velhas práticas de leitura, centradas na imanência do texto e que orquestram sentidos (de)orientados de suas condições de produção (Orlandi, 2020), ainda predominam nas aulas de Língua Portuguesa, especialmente na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA).

Essa lógica discursiva reforça as lacunas em situações de aprendizagem capazes de convocar outros gestos de leitura para além do ideologicamente orientado. Além disso, dificulta a fratura da ordem discursiva racista que promove enfrentamento e superação da lógica assimétrica de poder por meio de formações

discursivas que orientam para valorização e respeito da pluridiversidade racial, sobretudo a negra. Essa estabilidade de sentidos não só descredibiliza como também vulnerabiliza quaisquer outros gestos de leitura em contato com outras formações discursivas que levem à reflexão e produzam efeitos de resistência, ensina Cavalleiro (2021).

Nessa esteira, se, de um lado, a escola ainda revela tímidos avanços orientados pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018), atravessada pela lógica neoliberal de educação, continua presa a práticas discursivas de um currículo que se forja normativo, sexista, cristão, branco e europeu; de outro, a escola, como arena de disputa de sentidos e de poder, também se constitui como “espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa” (Brasil, 2004, p. 14-15).

Diante desse cenário, graças às pressões dos movimentos negros e indígenas, políticas públicas foram criadas para o implemento e aplicação de legislações voltadas a uma educação antirracista, como forma de enfrentamento e superação do racismo no Brasil. Entre elas, destacam-se as alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996), que incluíram a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (Lei 10.639/2003), posteriormente atualizada para contemplar as epistemes indígenas (Lei 11.645/ 2008).

Paralelo a isso, sentidos formulados, orquestrados e postos em circulação por procedimentos de controle e instituições agravam uma crise social e, conseqüentemente, de leitura e de formação de leitores críticos e reflexivos, como assevera Geraldi (2011). Esse cenário molda as práticas curriculares e pedagógicas, sobretudo da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), em prol da manutenção da hegemonia dominante.

De acordo com o IBGE (2019), boa parte desse grupo é lida socialmente como preta ou parda, reflexo das próprias condições de vulnerabilidades resultantes de relações assimétricas de força historicamente impostas, a começar pela rarefação discursiva (Foucault, 2014) e ao acesso e permanência escolar em idade própria (Brasil, 2000).

Diante disso, é comum observar dificuldades na produção de sentidos no recorte desse público pesquisado, uma vez que se restringem à imanência do texto lido, quando não apresentavam também restrições para decodificá-lo.

Para a perspectiva de leitura discursiva, os sentidos produzidos e postos em circulação nos mais diferentes suportes e gêneros discursivos são determinados por condições de produção, além de estar atrelado à história de leitura e lugar social dos próprios leitores. Nesse viés, importa destacar que a leitura é produzida (Orlandi, 2020), podendo os sentidos ser sempre outros, mas possíveis, uma vez que possibilita o acesso a outras camadas do texto lido. Esses novos gestos de leitura dependem da forma como a materialidade é trabalhada em sala de aula, da forma como os sentidos são problematizados. Sobre isso, a autora acrescenta

[...] as palavras não significam em si. Elas significam porque tem exterioridade, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa. E sua disposição em texto faz parte dessa realidade. É assim na compreensão do que é um texto podemos entender a relação com a exterioridade (o interdiscurso), a relação com os sentidos. O texto é um objeto linguístico-discursivo. (Orlandi, 2020, p. 88)

Tendo em vista essa concepção de leitura, em que os sentidos materializados podem ser sempre outros, desde que condicionados à história e a dos próprios sujeitos, outros percursos de leitura acontecem, sobretudo possibilitando o acesso aos mecanismos discursivos de que a ordem do discurso racista se apropria à serviço da branquitude (Bento, 2022).

Do cabedal teórico exposto, esperamos que a proposta didática de leitura discursiva decorrente de experiência exitosa no âmbito da pesquisa de mestrado referido, sirva de mote e/ou provoque os demais colegas de profissão à ação-reflexão-ação para que se junte ao coro de vozes e dismantelar essa lógica discursiva racista, respeitar e valorizar as identidades plurirraciais e, enfim, “[possamos construir] uma sociedade realmente democrática que respeite e valorize a diversidade”, ensina Gomes (2005, p.59).

3. Metodologia

Na metodologia, lançamos mão da pesquisa qualitativa, intervencionista e ação, de modo que os dados gerados foram produzidos por meio de questionários semiestruturados, cuja análise parte dos estudos discursivos materialistas.

Das atividades realizadas nas práticas de leitura e das discursividades geradas, constatamos gestos de leitura não só dos ditos, bem como dos não ditos possíveis às condições de produção do trabalho desenvolvidas nas rodas de conversa e oficinas de leitura.

3.1 Roda de conversa e oficina de leitura

Com cinco estudantes da EJA² semipresencial, dos ciclos III e IV, pertencentes ao Ensino Fundamental, realizamos o segundo momento correspondente à roda de conversa e à oficina de leitura. A modalidade em tela funciona em uma escola pública estadual, localizada em bairro periférico da cidade de João Pessoa/PB.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, com faixa etária entre 20 e 50 anos, dois dos cinco discentes se identificam com gênero masculino, enquanto as demais se identificam com o gênero feminino. Para preservar as identidades de tais sujeitos, codificamos suas discursividades em sequência: D1, D2, D3, D4 e D5.

A primeira atividade desenvolvida tratou-se do segundo momento entre as seis atividades aplicadas na pesquisa original. Nessa etapa, denominamos “discurso e prática (antir)racista” com o fim de perceber os efeitos de sentido estabelecidos pelos interlocutores envolvidos no discurso racista informado pelo gênero discursivo notícia. Durante esse momento, formamos uma roda de conversa quando trouxemos a notícia recente: “Turista de Santa Catarina é presa em flagrante, na orla de João Pessoa, por injúria racial contra comerciante: Dona de um quiosque na orla foi vítima de diversas ofensas enquanto trabalhava”, divulgada por uma das principais redes de TV local, na mesma semana da atividade desenvolvida.

² PARAÍBA. Conselho Estadual de Educação. Resolução 30/2016. Estabelece as normas para a educação de jovens e adultos no sistema estadual de ensino. Disponível em: https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/arquivos/diretrizes-operacionais/diretrizes-operacionais-das-escolas-da-rede-estadual-de-educacao-da-paraiba_1.pdf. Acesso em 28 set. 2025

Na sequência, após a leitura da notícia referida, discutimo-la seguindo os procedimentos abaixo:

Quadro 1: Segundo momento: discurso e prática (antir)racista

RODA DE CONVERSA + OFICINA DE LEITURA (2H)

BNCC:

(EFo6LPo1) Reconhecer a impossibilidade de uma neutralidade absoluta no relato de fatos e identificar diferentes graus de parcialidade/ imparcialidade dados pelo recorte feito e pelos efeitos de sentido advindos de escolhas feitas pelo autor, de forma a poder desenvolver uma atitude crítica frente aos textos jornalísticos e tornar-se consciente das escolhas feitas enquanto produtor de texto.

(EF89LPo5) Analisar o efeito de sentido produzido pelo uso, em textos, de recurso a formas de apropriação textual (paráfrases, citações, discurso direto, indireto ou indireto livre).

(EF67LP15) Identificar a proibição imposta ou o direito garantido, bem como as circunstâncias de sua aplicação, em artigos relativos a normas, regimentos escolares, regimentos e estatutos da sociedade civil, regulamentações para o mercado publicitário, Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito, ECA, Constituição, dentre outros.

Objetivo geral:

Perceber os efeitos de sentido estabelecidos pelos interlocutores envolvidos no discurso racista informado pelo gênero discursivo notícia.

Procedimentos:

- ▶ Leitura individual da notícia "Turista de Santa Catarina é presa em flagrante, na orla de João Pessoa, por injúria racial contra comerciante". (Ver quadro 2)
- ▶ Problemática sobre as tensões e conflitos que atravessam o discurso das interlocutoras;
- ▶ Socialização dos efeitos de sentidos que são produzidos pelos estudantes e possíveis experiências e sentimentos relacionados ao tema da notícia a partir das questões;
- ▶ Destaque e diferença acerca das tipificações racismo e injúria racial.

Roteiro de atividades:

Iniciar questionando os estudantes sobre atitudes racistas e como se sentem em relação à prática no cotidiano. Em seguida, após a leitura individual da notícia, retoma-se o questionamento anterior, na tentativa de perceberem se ocorre o cruzamento dos efeitos de sentido relacionados. A problematização continua com outras questões, a fim que os estudantes compreendam que os efeitos de sentidos advêm e dialogam com uma rede de outros sentidos que reforçam a ordem racista. Ao fim, em pequenos grupos, os estudantes apresentarão uma pesquisa dirigida acerca da diferença entre racismo e injúria racial para que haja entendimento legal sobre o tema.

Avaliação: Contínua, realizada ao longo da segunda roda de conversa e primeira oficina de leitura.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Diante da descrição dos procedimentos listados no Quadro 1, entre as demais realizadas na pesquisa original, elaboramos uma proposta didática que favorece percursos de leitura antirracista em acordo com o que versa a BNCC (Brasil, 2018). Vejamos:

Quadro 2: Questionário aplicado referente ao segundo momento

Leia o texto abaixo para responder às questões seguintes:

Turista de Santa Catarina é presa em flagrante, na orla de João Pessoa, por injúria racial contra comerciante.

Dona de um quiosque na orla foi vítima de diversas ofensas enquanto trabalhava

Por g1 PB

02/03/2022 14h29. Atualizado há 2 semanas.



Turista é suspeita de injúria racial contra dona de quiosque, em João Pessoa
Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/10350433/>. Acesso em, 12 mar. 2022. Imagem adaptada

Uma turista de Santa Catarina que passava o carnaval em [João Pessoa](#) foi presa em flagrante por injúria racial, nesta terça-feira (1º). O caso aconteceu num quiosque da orla da capital, onde a dona do estabelecimento foi vítima de diversas ofensas.

A comerciante contou à polícia que a turista chegou no local e pediu uma cerveja. Com pouco tempo, teria tentado sair do local sem pagar pelo produto consumido. Ao cobrar o pagamento, a dona do quiosque alega ter recebido diversas ofensas de cunho racista, além de outros termos de teor pejorativo e violento.

LEIA TAMBÉM:

[Entenda a diferença entre racismo e injúria racial](#)

Ao ser ofendida, a mulher acionou a polícia, que chegou em instantes e fez a prisão em flagrante. As testemunhas foram necessárias para que o caso tivesse um desfecho apenas na delegacia.

Por ser considerado um crime de injúria racial, e não de racismo, a turista pode ser liberada após pagamento de fiança.

O delegado do caso, Marcelo Falcone, é responsável pela delegacia especializada no combate a crimes raciais. De acordo com ele, as principais diferenças na tipificação de um ato como racismo ou injúria racial está no grau de subjetividade da ofensa ou da ação.

Em casos como o que aconteceu na orla de [João Pessoa](#) nesta terça (1º), o desrespeito foi direcionado a uma pessoa especificamente, atingindo a subjetividade da vítima. Situações assim são categorizadas como injúria racial.

O racismo se dá quando a vítima é impedida de algum direito por uma discriminação. Pode ser impedida de acessar algum espaço, ou ser perseguida por causa de raça, etnia, identidade de gênero ou religião.

Nos termos da lei, o crime de injúria racial pode ocasionar uma pena de 1 a 3 anos de reclusão, e está sujeito a fiança. Já o crime de racismo é inafiançável e imprescritível.

Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/03/02/turista-de-santa-catarina-e-presa-em-flagrante-na-orla-de-joao-pessoa-por-injuria-racial-contra-comerciante.ghtml>. Acesso em, 12 mar. 2022

Algumas das questões propostas na pesquisa original:

1. Apesar de não estar evidente na notícia, o que levou a turista a cometer tal atitude?
 - a) (☐) A turista ficou irritada com o atendimento da comerciante
 - b) (☐) A comerciante desrespeitou a turista.
 - c) (☐) A turista desrespeitou a comerciante porque ela é negra.
 - d) (☐) A comerciante se recusou a atender a cliente pelo fato de ela ser turista.
 - d) (☐) Outra resposta:

2. Considerando o contexto da notícia, se você estivesse no lugar da comerciante, como reagiria?
 - a) (☐) Reagiria da mesma forma que a comerciante.
 - b) (☐) Não reagiria. Concluiria o atendimento dela.
 - c) (☐) Não reagiria. Ignoraria a turista e voltaria a fazer as atividades normais do quiosque.
 - d) (☐) Outra resposta:

3. Você concorda que a atitude da comerciante foi adequada ou exagerada? Justifique sua opinião.

4. O que você acha que ocorreria / qual seria o desfecho da notícia se:
 - a) a turista não tivesse desrespeitado a comerciante?
 - b) a comerciante não fosse negra (ou parda)?

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Após a conclusão desta atividade, já na primeira parte aplicada, a maioria dos discentes conseguiam produzir sentidos para além da imanência da notícia e das condições de produção aventadas para a oficina e adesão às formações discursivas atreladas ao gênero trabalhado.

4. Gestos de Leitura

“A análise de discurso se define pelas novas maneiras de ler, colocando o dito em relação ao não dito, ao dito em outro lugar, problematizando as leituras de arquivo, expondo o olhar leitor à opacidade do texto”, ensina Orlandi (2020, p. 88). Partindo dessa compreensão, para que observemos não apenas o funcionamento e os efeitos de sentido das discursividades discentes, ideologia, discurso, sujeito, sentido e formação discursiva foram algumas das categorias analíticas dos estudos discursivos materialistas que lançamos mão, ao considerarmos que

[...] o analista se propõe compreender como o político e o linguístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos ideologicamente assinalados. Como sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o

diferente. Entre o efêmero e o que se eterniza. Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder (Orlandi, 2020, p. 36).

Sob as lentes desse método, fizemos um recorte do arquivo em análise com o fim de agrupar os posicionamentos dos estudantes (figura 1) gerados nas/pelas atividades desenvolvidas anteriormente elencadas.

Figura 1: Produção de sentidos do gênero notícia "Turista de Santa Catarina é presa em flagrante, na orla de João Pessoa, de G1PB



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Com ênfase no recorte aludido, da análise das respostas materializadas a partir da notícia trazida no questionário, importa dizer que o gênero informa sobre o crime de racismo praticado por uma turista de Santa Catarina/PA contra uma comerciante de um quiosque situado na orla de João Pessoa/PB, ocorrido em março de 2022. Sem efetuar o pagamento do consumo realizado, a cliente se retira do lugar. Ao perceber, a comerciante aborda a cliente e reclama o valor do que foi consumido no estabelecimento, obtendo, como resposta, ofensas de cunho racista da turista, sendo esta denunciada e presa em flagrante.

Na pesquisa original, foram aplicadas 12 perguntas no formulário trabalhado para o segundo momento, mas, em razão dos limites deste artigo, descrevemos e analisamos a pergunta elencada no quadro 2, correspondente a quarta pergunta, a qual bifurca para duas outras, como observamos: "O que você acha que ocorreria / qual seria o desfecho da notícia se: a) a turista não tivesse desrespeitado à comerciante? b) a comerciante não fosse negra?". O enunciado busca adesão dos estudantes ao tentar inseri-los na cena noticiada. Com esse objetivo, esperávamos posicionamentos discentes centrados na dívida e na fuga da cliente. No entanto, como as respostas esperadas concorrem para o mesmo sentido, o de que a ofensa à cliente deu-se a cor

de pele praticada pela comerciante como reação à cobrança de pagamento. Diante disso, desse transborde de sentidos, optamos pela descrição e análise da primeira pergunta (letra a):

Quadro 3 - Respostas à pergunta “Efeito de desfecho”

D1: ela teria que só pagar a bebida e pronto.
D2: acho que se a turista não tivesse desrespeitado a comerciante nada disso teria sido repassado na televisão.
D3: [Se] a turista tivesse pago, [trataria] a comerciante bem.
OBS: D4 e D5 não puderam responder a esta pergunta por estarem com sintomas de covid-19, ficando, portanto, sem participar deste momento.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Pelas regularidades percebidas na discursividades dos alunos no quadro acima, contatamos que o desfecho da cena aludida na notícia seria outro se tivesse havido o pagamento do que a turista consumiu no estabelecimento, o que condicionaria respeito à integridade da comerciante, segundo a ordem discursiva neoliberal.

Ocorre que, dessa estabilidade de sentidos, outros são produzidos, também resultantes desse efeito de ilusão (Orlandi, 2020) capitalista. Também percebemos que a ordem do desrespeito foi dirigida ao fenótipo da comerciante. Tanto foi que não seria notícia se o crime de racismo não houvesse sido praticado. Em decorrência da memória escravocrata, a turista reproduziu a velha prática discursiva da mulher negra serviçal, disponível a atender as necessidades da sinhazinha, sobretudo ao considerar a origem sulista e a cor de pele da comerciante na qual reside em um dos estados mais racistas do Brasil³, denunciando o efeito ideológico e da sua filiação à formação social eurocentrada.

4.1 Resultados

Os momentos que aglutinam as atividades desenvolvidas na pesquisa original resultaram em propostas didáticas de leitura antirracista, fincados em práticas de leitura de perspectiva discursiva, na qual fosse promovido o respeito à pluridiversidade

³ PARAÍBA. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/santa-catarina-e-o-estado-brasileiro-recordista-em-registro-de-casos-de-injuria-racial?redirect=%2F>. Acesso em 28 set. 2025.

racial, a partir do reconhecimento de práticas racistas reproduzidas na sociedade brasileira, sobretudo em notícia de crime veiculada na Paraíba. Diante das condições de produção elencadas, o estudo original possibilitou aos discentes engajamento e posicionamentos de resistência proferidos nos gestos de leitura realizados durante a roda de conversa e a oficina de leitura em questão.

Dessa forma, constatamos que os gestos referidos são efeitos de transformação, uma vez que, nas formas atuais de assujeitamento do capitalismo, há um (g?)esto, nas relações assimétricas, que produz a resistência, não na forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (re)existir” (Orlandi, 2020, p. 134). Ademais, vislumbramos a possibilidade dos discentes envolvidos constituírem e se constituírem por essa realidade como também aponta a referida autora, podendo, assim, interferir no real com base em suas práticas sociais, convocando outros gestos de leitura possíveis ante a textos que versem sobre racismo ou não.

5. Últimas considerações

O presente estudo teve como intuito divulgar práticas de leitura na perspectiva discursiva que colaborem para a construção de uma educação antirracista, através do trabalho aplicado com/para os estudantes dos ciclos III e IV da EJA, de uma escola em João Pessoa/PB.

Para a ocasião deste artigo, trouxemos o segundo momento da atividade desenvolvida ao longo da aplicação da pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Proletras/UFPB no ano de 2022, embasado por um arcabouço que nos direcionou às reflexões teóricas, à produção de propostas pedagógicas utilizadas na intervenção, a fim de contribuir com a formação de gestos de leitura crítica e reflexiva, que levem a compreender as condições de produção de discursos e perceber os ditos e não ditos materializados em diferentes textos que abordam as questões raciais, necessários ao ensino diário, harmônico e respeitoso das relações étnico-raciais entre estudantes, sobretudo na/da EJA.

Ante ao desafio, resgatamos a historicidade dos sujeitos racializados, buscando compreender como os efeitos ideológicos desse passado tão presente impacta a realidade concreta da população negra deste país, especialmente do

público referido, via diálogo possível com as normativas educacionais que trazem a temática racial e as práticas de leitura que poderão desenvolver novas habilidades e atitudes com alunas/alunos da EJA, anos finais do Ensino Fundamental.

No entanto, para além da força do instrumento legislativo citado, é preciso que haja uma rede complexa de planejamentos e ações eficazes para implementá-la, considerando os diversos contextos e realidades concretas, especialmente da EJA. Estas reflexões podem ajudar nesse processo, ainda que tenso e desafiante, para a construção efetiva da educação antirracista, observando as condições de produção dos estudantes, em especial, aos da modalidade citada.

Desse modo, é substancial que se conjugue sensibilidade e competência docente, mediante postura crítica e reflexiva do (re)fazer pedagógico constante, como importante construção de alternativas para as quais se encaminhem em direção a horizontes que garantam acesso, permanência e sucesso escolar aos estudantes, mormente da EJA, sob o patamar efetivamente democrático que se assuma heterogêneo e responsável pela inclusão de grupos historicamente discriminados.

No entanto, para alcançamos o olhar sobre esses horizontes que apontam para frente, é imprescindível retornarmos para um passado que subtrai a humanidade da população negra no contexto atual, inclusive da escola.

Com base na prática de leitura de perspectiva discursiva aventada, ainda que sucinta, como recorte de um estudo mais aprofundado, esperamos que, em outras condições de produção, seja desenvolvida e desdobrada na intenção não apenas de copiar, mas de suprir lacunas e/ou ampliação do que foi tecido até aqui. Assim, esperamos também avolumar o coro de vozes insurgentes para desmontar esse sistema desumanizante e genocida sustentado pelo neonazifascismo, a partir de uma educação para a diversidade plurirracial, tendo em vista que “é na rebeldia em face das injustiças que nos [re]afirmamos.” (Freire, 2013, p. 76). Para além disso, primar pelo respeito e valorização das espistemes e cosmovisão afro-brasileira, africana e indígena, sendo as primeiras o recorte deste estudo.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CEB 11/2000. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso 06 mar. 2022

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso 15 jun. 2021

BRASIL. **História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 16 jun. 21

BRASIL. **História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena**. MEC, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 16 jun, 21

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 mar. 2022

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar**: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação Infantil. 6 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

GERALDI, José Wanderley (org.); Milton José de Almeida et al. **O texto na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 2011

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais

no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação Antirracista**: Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coleção Educação para todos Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil Estudos e Pesquisas.** Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41 p.9, 2019 Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas/SP: Pontes Editora, 2020.

ⁱ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING (UFPB). É professora de Língua Portuguesa da rede pública estadual da Paraíba.

E-mail: cderio@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9722-8524>

ⁱⁱ Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é Professora do Departamento de Letras do Campus IV da UFPB e atua como docente do Programa de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING.

E-mail: laureniasouto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7462-9755>

Recebido em 30/09/25

Aprovado em 01/04/26



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).